

dependências



EDMUNDO MARTINHO, PROVEDOR DA SCML

**“PRECISAMOS DE
CONSOLIDAR O
QUE FAZEMOS”**

PAULO CALDEIRA, ENFERMEIRO E
COORDENADOR DA ÁREA DE SAÚDE DO
SERVIÇO DE APOIO INTEGRADO

**“FARIA TODO
O SENTIDO
ESTARMOS
ABERTOS
24 HORAS
POR DIA”**



**LISBON
ADDICTIONS
2022**

Global Addictions
23–25 Novembro

LISBOA, PORTUGAL

TER ASAS PARA PENSAR O FUTURO

Sentimos inquietude com os tempos que estamos a viver. Seja na família, nas organizações, nas sociedades, seja sem dúvida, nas pessoas. Qual o papel de cada um de nós enquanto parte de uma família, de uma organização e de uma sociedade? Onde nos podemos inspirar? Como podemos inspirar os outros? A Conferência “Pensar Social, Pensar Global – Os Desafios do 3º sector”, realizada no dia 23 de setembro, em Santo Tirso, a primeiro do Ciclo de Diálogos Inspiradores, encerrou o programa dos 30 anos da ASAS e contou como convidados Edmundo Martinho, Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e Filipe Almeida, Presidente do Portugal Inovação Social, cujas preleções Dependências reproduz. Entrevistámos ainda Helena Oliveira, Presidente da ASAS



EDMUNDO MARTINHO, PROVIDOR DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA

“Tenho algum receio que, por vezes, nos percamos em territórios que chamamos de inovação e esqueçamos que o que precisamos é de consolidar o que fazemos. E em muitas circunstâncias a inovação tem pouco de novo e pode, em certa medida, esconder desafios centrais do terceiro setor e das organizações, que têm obviamente que se modernizar e que encontrar caminhos novos, mas sem nunca perder de vista que o que têm que fazer é adaptar-se a novas circunstâncias. E isso nem sempre exige inovação nas respostas e soluções. Exige que consolidemos o que temos, que façamos melhor o que temos para fazer e, sobretudo, que entendamos que estas organizações do terceiro setor não podem, em nenhuma circunstância, perder de vista que hoje têm exigências novas e reforçadas. Hoje, os cidadãos são mais exigentes, a sociedade é muito mais exigente para quem presta cuidados e estas exigências colocam as institui-

ções num patamar superior que, em muitas circunstâncias, não é compatível nem com a dimensão que têm nem com as capacidades que têm disponíveis. A diminuição ou ausência de recursos raramente conduz a um repensar da dimensão ou da capacidade de partilha e parceria com outras entidades, mas refletindo-se, isso sim, na qualidade dos serviços prestados. A título de exemplo, todos nós achamos que o apoio domiciliário é a resposta principal, que deveria ser ativada e desenvolvida e, no entanto, continuamos a ter o apoio domiciliário fragmentado. Temos o apoio domiciliário de saúde, a hospitalização ao domicílio, também vamos ter as unidades de apoio domiciliário da rede de cuidados continuados e, depois, o tradicional, muito virado ainda para dimensões de conforto e da vida de cada cidadão. O que temos é que dar um salto em frente e colmatar estas insuficiências. E outro desafio tremendo que as instituições têm pela frente é perceberem igualmente como se contrata e como se vão buscar pessoas para fazerem este tipo de trabalho, um problema atualmente generalizado em toda a UE. Depois, há questões como a salarial, que é relevante ou o enquadramento deste tipo de profissionais. Se quisermos elevar a capacidade de prestar cuidados neste domínio não podemos apenas contratar quem está disponível... voltando à questão da inovação, no nosso setor tem mais que ver com a forma como somos capazes de nos reinventarmos ao abordarmos problemas que hoje assumem uma complexidade diferente. Tomando como exemplo uma estrutura de acolhimento de crianças, percebemos que não progredimos nada no que respeita ao modo como acompanhamos crianças que têm necessidades diferenciadas. Hoje, temos um perfil de crianças que entram no sistema de promoção e proteção muito diferente de há 20 anos atrás, mas as respostas são as mesmas. Não nos adaptámos no sentido da especialização, adaptámo-nos pouco no sentido da complexificação das equipas técnicas e são poucas as que têm pedopsiquiatras



de suporte. A questão da saúde mental nos adolescentes é hoje crítica e que não se resolve com as equipas técnicas tradicionais. É, portanto, neste sentido que precisamos de inovar e de perceber que há um terreno imenso que as instituições devem percorrer. E um dos caminhos é o da escala das instituições. Ganhariam muito se se envolvessem em processos de associação... já não digo de fusão, porque seria ambicioso demais. Pelo país fora, vemos multiplicação de estruturas que poderiam ser partilhadas, instituições com dimensão insuficiente para as exigências que hoje se colocam, até do ponto de vista das equipas técnicas e vivemos um tempo muito desafiante. Tenho receio que muitos dos recursos que temos à disposição, nomeadamente o PRR, não sejam vocacionados para os problemas certos. Por outro lado, há um trabalho a fazer neste domínio do terceiro setor que tem que ver com a questão da sustentabilidade das instituições. Esta sustentabilidade não pode ser apenas vista do ponto de vista financeiro ou esperar-se que seja apenas o estado a resolver os problemas. Tem de ser vista na capacidade das instituições para prestarem os cuidados a que se propuseram. E creio que a ASAS constitui um magnífico exemplo disso, tendo vindo a ser capaz de se reinventar e readaptar num contexto que nem sempre é fácil e que precisaria de uma clareza maior quanto à responsabilidade que o estado tem”.



FILIPE ALMEIDA, PRESIDENTE DO PORTUGAL INOVAÇÃO SOCIAL

“Com base na experiência e no lugar onde estou, na inovação social há seis anos a coordenar esta política pública, organizo os desafios da economia social em três categorias: desafios relacionados com os recursos, desafios relacionados com a operação propriamente dita e desafios relacionados com o seu contexto. Não são os únicos, mas tenho as minhas prioridades. Relativamente aos desafios relacionados com os recursos, começaria por destacar porventura o mais importante, a necessidade urgente e absoluta de rejuvenescer o setor da economia social. Precisamos de mobilizar jovens e de trazer a juventude para este setor, para que entenda que aqui pode, como em nenhum outro, conciliar um projeto de vida com um projeto de carreira. Vamos a números: os dirigentes de topo da economia social são 87% homens, o que mostra que há pouca diversidade, mais de 50% tem mais de 64 anos... é um setor envelhecido e precisa de mais jovens, que trazem uma visão diferente. Por outro lado, a média salarial deste setor é cerca de 86% da média salarial do resto da economia. Se falarmos do subsector das associações, são mais de 70 mil, esse número baixa para 82% e, se falarmos no universo das misericórdias, a média salarial é de 66% da economia nacional. De facto, não há também incentivos materiais para conseguir atrair a juventude para que perceba que pode aqui desenvolver um projeto de vida e de carreira. Do meu ponto de vista, essa é uma prioridade. Precisamos de recursos humanos ao nível do talento e da juventude, mas para isso é preciso dinheiro para pagar às pessoas.

Então, vamos ao segundo, a dimensão dos recursos, que é o investimento... segundo o mais recente estudo do INE sobre o setor da economia social, do ponto de vista das receitas destas organizações, 29% são transferências e subsídios, 22% são de prestações de serviços, 19% são empréstimos e apenas 5% são donativos. Por outro lado, o capital disponível para investimento de impacto era, no mundo inteiro, 114 biliões de dólares em 2017. Em 2020, já era de 715 biliões e, atualmente, já ultrapassou um trilião de dólares. Há um movimento no mundo inteiro e cada vez mais capital disponível para este tipo de investimento em projetos com impacto social. Por outro lado, as organizações da economia social em Portugal aproveitam muito pouco esse capital disponível. Portanto, há capital disponível, não há capacidade para atrair esse capital, então falta fazer aqui uma ligação. E aumentar o capital disponível significa aumentar condições de atratividade, também para os jovens. Mas não basta pagar mais aos jovens, nesta geração razoavelmente desmaterializada e que procura quase desesperadamente um sentido para a sua vida, através do impacto que se tem nos outros. Os jovens já trocam, com alguma facilidade, um emprego onde ganham mais por outro onde ganham menos, mas que tem um propósito com o qual conseguem identificar-se. É preciso que chegue aos jovens a ideia de que este é um setor onde podem realizar-se do ponto de vista pessoal e conciliar o tal projeto de vida com o de carreira.

E aqui chegamos aos desafios de operação. Para que algo mude na forma como este setor opera, para se conseguir mobilizar mais dinheiro e rejuvenescê-lo. Aqui identifico seis desafios concretos: profissionalizar a gestão, ponderando a possibilidade de criar uma direção executiva; digitalizar as operações, reforçar competências digitais nas equipas, tornar as operações mais eficientes, ágeis e capazes de gerar informação. Há financiamento; colaborar – é um setor que tem pouca tradição de alianças e parcerias estratégicas para acesso conjunto a recursos, fundos e financiamentos, para alargamento do impacto territorial da operação de cada organização, para a capacidade de partilharem recursos comuns e assim baixarem o custo da operação. Entre a concorrência entre estas organizações há vidas que se perdem; avaliar: 93% das organizações da economia social reconhecem que não fazem qualquer diligência para avaliar ou medir o impacto social das operações que têm. E, no entanto, são as que porventura têm mais impacto social neste país. Estão a perder um enorme potencial de comunicação com o mundo em geral, com os governos, com os financiadores e investidores e com os jovens; depois de avaliar, comunicar: um setor que faz bem, mas comunica mal fica a meio caminho do seu potencial como agente de transformação da sociedade; inovar: nas respostas e nos métodos. É necessário criar rotinas de melhoria contínua.

Por fim, os desafios de contexto, que têm a ver com o perímetro que existe neste setor. Há aqui uma oportunidade extraordinária para fortalecer a economia social se o setor aceitar e perceber que o seu perímetro pode ser mais largo e abranger experiências diferentes que transcendem o que é o coração da economia social. Estou a falar do próprio setor, percebendo que é tão amplo, que inclui também as empresas sociais e que os jovens ou não jovens que criam empresas que têm como único propósito tentar dar uma resposta inovadora a um problema social, essa iniciativa está dentro do perímetro geral da economia social. E isso traz para dentro desse perímetro uma série de parceiros e colaboradores que ainda não estão aqui. No outro lado do espectro temos as iniciativas de inovação cidadã, os laboratórios comunitários de cidadania participativa que já se vão multiplicando, de iniciativas inorgânicas, das comunidades que se juntam para tentar encontrar soluções para os seus problemas. Não são organizações formais, mas essas iniciativas estão dentro do que é o espírito da economia social. Temos aqui uma possibilidade de alargamento do setor, para incluir uma tal diversidade, que o fortalece como nenhum outro”.



HELENA OLIVEIRA, PRESIDENTE DA ASAS

Falou-se hoje em desafios para a sustentabilidade da economia social...quais são os desafios para o futuro da ASAS?

Helena Oliveira – Olhe, são esses mesmos, todos os que foram aqui identificados, mais os que não de vir, porque este é um setor muito imprevisível. Trata das pessoas, do seu bem-estar, cuida, trata de situações que dependem da humanidade e da sua evolução, portanto, por muito que tentemos antecipar e prever para que as respostas sejam rápidas na medida do possível face à evolução da sociedade, acabamos sempre por perder terreno. A evolução é demasiado rápida no mundo em que estamos e diria que os desafios são estes todos que ouvimos aqui.

Sabemos hoje que a esperança de vida aumentou, mas também que a qualidade de vida, sobretudo nos últimos anos, diminuiu... será este outro desafio para estas instituições?

Helena Oliveira – Sim, sobretudo quando pensamos em qualidade. Preocupa-me muito que os serviços percam qualidade, sobretudo numa altura em que escasseia a mão-de-obra qualificada. Não conse-

guimos qualificar e menos ainda reter talentos. Temos formado pessoas que depois se vão embora para outros voos e a qualidade, naturalmente, diminui com a falta de profissionalização.

Ainda sente algum tipo de discriminação face à forma como a sociedade perspetiva a economia social?

Helena Oliveira – Ainda se nota... talvez esteja a diluir um pouco, até porque o setor empresarial está a mudar a sua posição relativamente à forma de participar e envolver-se na responsabilidade social, o que contribui para a diluição dessa menorização do terceiro setor... Mas ainda se nota...

Embora aquela antiga máxima da caridade e do mero assistencialismo já nada tenham a ver com o verdadeiro core do setor, a verdade é que essa perspetiva muito se deve a algumas instituições que teimam em não se adaptar e inovar...

Helena Oliveira – Sim, é verdade que ainda persistem algumas práticas que assentam meramente na dádiva, na caridadezinha, e isso não se compadece com um sistema igualitário em que pretendemos tratar toda a gente da mesma forma, oferecendo oportunidades iguais, independentemente da condição ou estrato social. Esse dar tem que ser estrutural para que a pessoa cresça. Que a família desenvolva e a sociedade avance.

Qual é afinal o caminho para a sustentabilidade social?

Helena Oliveira – Creio que temos vindo a fazer um caminho de que nos podemos orgulhar. Para além dos financiamentos que temos do estado, temos feito uma diversificação e um envolvimento da sociedade em geral, de diversos agentes e personalidades e do meio empresarial circundante que nos orgulha. Creio que a dinâmica tem que ser maior, precisamente neste sentido do envolvimento de toda a sociedade. É o futuro de todos, em especial de quem mais precisa, que está em causa.

